



destaques do mês

Preço da energia elétrica dobrou em dez anos e deve subir mais 25% até 2022

O preço da energia elétrica comercializada no Brasil dobrou nos últimos dez anos e a tendência é de reajuste de mais 25% até 2022, segundo estimativas da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Porém, o impacto da alta na inflação tem sido pouco percebido, na avaliação da Associação. Segundo o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa, o consumidor comum tem uma tarifa de energia que pode ser considerada baixa quando comparada com os encargos pagos pelo setor industrial que, no caso do setor de alumínio, chega a ter 40% do custo de produção comprometido com a conta da energia. Por outro lado, a pressão inflacionária do custo da energia sobre a produção também tem sido mascarada pela entrada maior dos produtos importados no País. A concorrência no mercado interno tem contribuído para um controle maior dos índices de inflação, mas diminuído a margem operacional da indústria. (28.02.2012 – Brasil econômico)

Modelo de concessão do TAV foi concluído

O novo modelo de concessão do Trem de Alta Velocidade (TAV) foi finalizado pela área técnica do Governo e aguarda decisão da presidente Dilma Rousseff para ser colocado em prática. Conforme decidido em 2011, o Executivo pretende fazer a concessão em duas etapas. O vencedor do primeiro leilão, que vai fornecer e operar os trens, pagará à União pelo número de passageiros transportados. Vence a concorrência quem oferecer o maior valor, mas o cálculo será ponderado também pelos custos das obras e de manutenção. O edital da primeira etapa já está finalizado. A expectativa é lançá-lo até abril para que a licitação seja feita neste ano. O Executivo trabalha agora com a meta de começar as obras em 2014 e ter trens operando em 2019. Após a primeira etapa, será feita uma segunda licitação. O vencedor vai construir a linha e as estações. Ele será remunerado pelo Governo ao longo de 40 anos, em regime similar ao *leasing* (operação de financiamento). O modelo proposto prevê também que a exploração comercial das estações do TAV, como a oferta de hotéis, apartamentos e lojas, entre outros, fique nas mãos do consórcio de empreiteiras que construir a infraestrutura do projeto. Como a projeção dessa receita comercial é alta e supera o faturamento previsto com a venda de passagens pelo operador do trem, o Governo acredita que as construtoras terão possibilidade de cobrar um valor menor para assumir as obras do projeto. (01.03.2012 – Folha de São Paulo e Valor Econômico)

painel

■ Leilão de ajuste acontece no dia 29 de março

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) marcou o primeiro leilão de ajuste do ano para 29 de março. Serão ofertados três produtos para suprimento de três meses, seis meses e nove meses. Os lotes a serem ofertados serão de 0,5 MW médio. O preço inicial de cada produto corresponderá ao valor mínimo do Preço de Liquidação de Diferenças, atualmente, em R\$ 12,20/MWh. Mais informações: www.ccee.org.br

■ Leilão A-3 tem 598 projetos cadastrados

Foram cadastrados 598 projetos para o leilão A-3 que ocorrerá dia 22 de março. Foram contabilizados 25,8 GW. Dos empreendimentos cadastrados, 524 projetos de geração são de fonte eólica (13,1 GW). A fonte que registrou o segundo maior volume de capacidade de geração foi o gás natural, com 10,3 mil MW de potência e 26 projetos. Os empreendimentos cadastrados pela EPE ainda terão que passar pelo processo de habilitação. Mais informações no site: www.epe.gov.br

Antaq facilita regularização da instalação portuária pública de pequeno porte

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou norma para outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de instalação portuária pública de pequeno porte (IP4). A IP4 é uma instalação portuária destinada às operações portuárias de embarque e desembarque de passageiros, de movimentação e armazenagem de carga, ou ambas, na navegação interior. A Resolução 2.390, de 16 de fevereiro de 2012, é uma revisão da norma 1.590, de 9 de fevereiro de 2010, que fica revogada. A norma traz que “a construção, ampliação e a exploração de IP4 somente serão desenvolvidas por estados ou municípios devidamente autorizados pela Antaq”. De acordo com a Antaq, a norma revisada exige apenas documentos estritamente necessários para a regularização das IP4. Outra mudança que merece destaque foi a diminuição dos valores de multa. A Resolução determina também o prazo de até 90 dias para a Agência analisar o pedido de autorização para construção, exploração e ampliação de IP4, desde que o interessado apresente a documentação estabelecida na norma. (27.02.2012 – Antaq)

■ Anatel realiza audiências públicas sobre telefonia fixa

A Anatel realiza no dia 13 de março, em Brasília, audiências públicas a respeito das propostas de Regulamento de Obrigações de Universalização e de Regulamento sobre a Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado fora da Área de Tarifa Básica (ATB). As propostas da Anatel estão em consulta pública até 19 de março. Mais informações no site: www.anatel.gov.br

União renovará concessões de energia com tarifa menor

O Governo está praticamente decidido a prorrogar por um período de 30 anos as concessões de usinas hidrelétricas, distribuidoras de energia e linhas de transmissão que vencem em 2015. Haverá a exigência de desconto nas tarifas. A possibilidade de relicitação dos ativos, que voltam às mãos da União com o fim dos atuais contratos, foi descartada. No Executivo, avalia-se que o melhor caminho é enviar ao Congresso um projeto de lei em caráter de urgência. Até agora, a decisão é por um projeto de lei que trate exclusivamente da prorrogação das concessões. Todas as condições sobre a prorrogação serão regulamentadas posteriormente por decreto presidencial, inclusive o desconto nas tarifas que as atuais concessionárias precisarão oferecer para continuar com seus negócios. No fim de 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ao Tribunal de Contas da União (TCU) que os investimentos não amortizados das concessões elétricas com vencimento em 2015 atingem R\$ 47,1 bilhões e podem gerar indenizações desse montante, caso não sejam prorrogadas. No total, isso representa 18% do parque gerador do país, 84% da malha de transmissão e 23% da energia comercializada. Simulações feitas pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) apontam que pode haver economia de R\$ 15 bilhões por ano nas tarifas elétricas com a prorrogação. (10.02.2012 - Valor Econômico)

■ Anatel tenta resolver pendências para novo leilão

O Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, garantiu que o leilão da quarta geração da telefonia celular (4G) será realizado em maio, no mesmo dia em que haverá a negociação da faixa destinada à telefonia rural. Mais informações no site: www.anatel.gov.br

Brasil e Argentina criarão estatal para setor elétrico

O Governo brasileiro decidiu criar outra estatal, em parceria com o Governo argentino, para executar projetos do setor elétrico comandados pelos dois países. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou que a ideia é seguir os mesmos moldes da empresa binacional que administra a hidrelétrica de Itaipu,

concebida em acordo internacional firmado com o Paraguai. O assunto foi tratado com o ministro do Planejamento da Argentina, Julio De Vido. A diferença em relação ao modelo adotado em Itaipu é que o controle brasileiro não será exercido diretamente pelo Governo, e sim pela Eletrobrás. A nova companhia será responsável pela administração das hidrelétricas Garabi e Panambi, que serão construídas por meio da parceria formada pelos dois governos. (17.02.2012 – Valor Econômico)

Concessão de rodovias terá meta de qualidade

O Governo decidiu alterar as regras previstas para as novas concessões de rodovias federais. A intenção é tornar o processo de concessão mais competitivo, garantir a execução dos investimentos assumidos pelos concessionários e, principalmente, impor penalidades mais severas àquelas empresas que descumprirem termos dos contratos, forçando assim o repasse imediato de valores para a redução do preço do pedágio. As mudanças serão aplicadas nos dois próximos leilões que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) prepara para o segundo semestre de 2012, quando 1.800 km de rodovias passarão para o setor privado. Serão leiloados o trecho da BR-040 entre Juiz de Fora (MG) e Brasília e o trecho da BR-116 que atravessa o Estado de Minas Gerais. O novo modelo de concessão coloca na conta das empresas a obrigação de apresentar, anualmente, determinados níveis de qualidade (em itens como pavimentação, sinalização e segurança) firmados em contrato. As novas concessões estabelecem que, até o sexto ano de contrato, 60% da rodovia tem de estar duplicada, chegando a 95% de todo o trecho até o décimo ano. Se o tráfego de veículos crescer acima do que se projetava, a ANTT poderá exigir a redução desses prazos. Somadas às concessões de 4.763 km já realizadas, a União deve chegar ao fim deste ano com aproximadamente 7.000 km de estradas privatizadas, o equivalente a 12% de toda a malha federal, que atinge 62 mil km. (24.02.2012 – Valor Econômico)

País deve ter investimentos de R\$ 3 trilhões na área de infraestrutura até 2014

De acordo com pesquisa realizada pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), entre 2011 e 2014, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 3,1 trilhões na área de infraestrutura. O número representa um crescimento de 57,5% na comparação com os investimentos realizados no período de 2006 a 2009, que somaram R\$ 1,9 trilhão. De acordo com a Associação, há dois fatores de grande impacto macroeconômico no cenário até 2014. No mercado externo, há a crise internacional com reflexos negativos nas exportações e no crescimento do País, enquanto no mercado interno, os eventos esportivos e a exploração de petróleo e gás devem ajudar o crescimento e neutralizar o cenário externo. A soma do aumento esperado nos investimentos em petróleo e gás, agrícola, derivados de petróleo e energia elétrica representa um terço do crescimento total no País, em relação registrado no período de 2006 a 2009. A entidade projeta que o Produto Interno Bruto cresça 3% em 2012, 4% em 2013 e 4,5% em 2014. Para a formação bruta de capital fixo, a evolução seria de 5,5%, 6% e 6,5%. (22.02.2012 – O Estado de São Paulo)

Governo pretende começar privatização de portos em 2012

O Governo Federal planeja realizar em 2012 a primeira concessão de portos públicos. Na lista estão o segundo porto de Manaus (AM) e o de Imbituba (SC). De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), os estudos estão sendo finalizados para iniciar as concessões. A concessão de Manaus, que deverá ser o primeiro repasse de um porto público à iniciativa privada, terá um prazo de 25 anos, renováveis por mais 25 anos. O investimento previsto é de R\$ 1,4 bilhão. (17.02.2012 – O Estado de São Paulo)

Eletrobras adia licitação da usina Angra 3

A conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3, prevista para dezembro de 2015, corre o risco de ser postergada. As empresas participantes da licitação para a contratação do consórcio que executará os serviços de montagem eletromecânica (orçados em R\$ 1,9 bilhão) apresentaram recursos contra o resultado da habilitação. A abertura dos envelopes com as propostas das linhas metodológicas para a execução dos serviços das empresas qualificadas foi adiada e não tem data para acontecer. Do total de R\$ 10 bilhões previstos de investimentos, R\$ 6,1 bilhões serão financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a aquisição de bens e serviços no mercado brasileiro. (28.02.2012 – Brasil Econômico)

Horário de Verão permitiu economia de R\$160 milhões ao Governo e evitou uso das termelétricas

A economia com o horário de verão chegou em fevereiro a R\$ 160 milhões. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a redução de energia foi de 0,5% em todos os subsistemas envolvidos. O diretor-geral do ONS, Hermes Chipp, destacou que a medida também aumenta a segurança do sistema e diminui custos de operação. (28.02.2012 – Brasil econômico)

Faturamento de ferrovias cifrou alta de 35% em 2011

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer), em 2011, a indústria ferroviária faturou R\$ 4,2 bilhões, alta de 35% ante 2010 e a perspectiva para a década é de crescimento contínuo. A categoria inclui empresas nacionais e estrangeiras que produzem vagões de carga, locomotivas e trens de passageiros. Na área de cargas, a continuidade das boas exportações de produtos como minério de ferro, soja e açúcar, levaram a produção de vagões a fechar 2011 com 5.616 unidades, bem acima dos 3.261 vagões produzidos em 2010. Segundo dados da Abifer, em 2011 foram transportadas 530 milhões de toneladas de carga por ferrovias, alta de 12,5% em relação às 471 milhões de toneladas de 2010. (29.02.2012 – Brasil Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2016

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	3.037	3.432	1.497	1.444	3.132	12.541
Otimista	3.037	3.462	1.497	2.354	4.042	14.391

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	3.375	1.032	0	1.350	0	5.757
Otimista	3.398	5.506	1.006	2.050	0	11.960

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.276	898	50	12	0	3.236
Otimista	3.555	3.140	738	691	0	8.124

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	8.688	5.362	1.546	2.806	3.132	21.535
Otimista	9.990	12.108	3.241	5.094	4.042	34.475

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

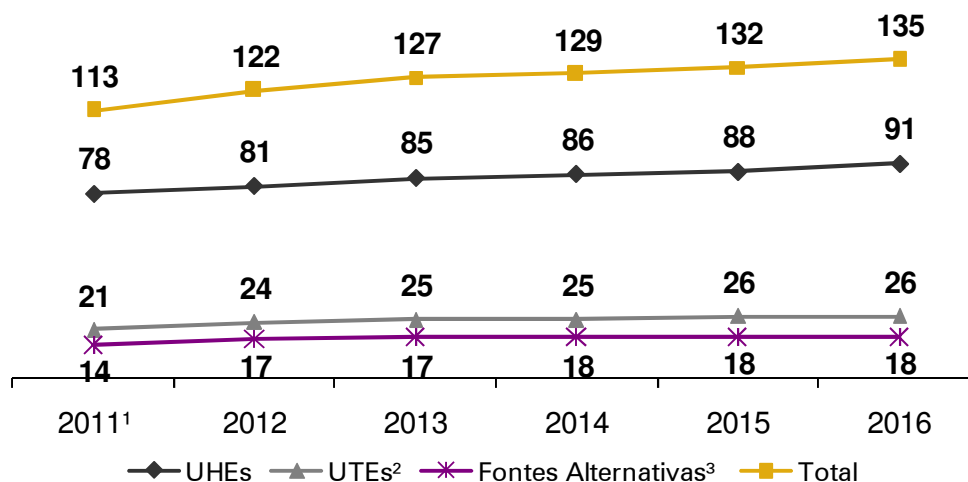
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 2,5% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2016.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 34,5 mil MW no período 2012-2016. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,5% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

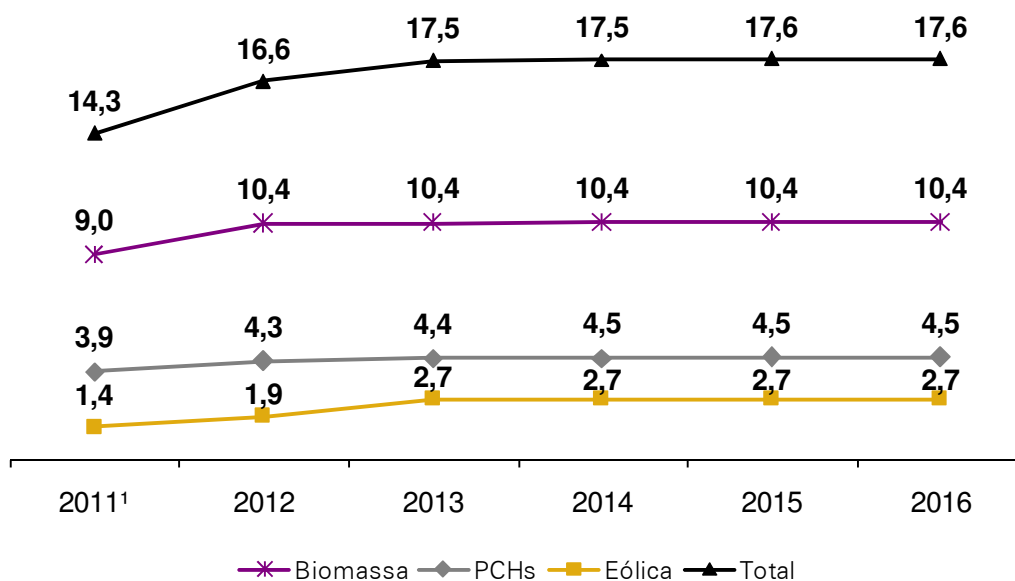
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

Entre janeiro de 2012 e 2016, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 16% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 28% no mesmo período.

Em janeiro de 2012, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2016 deverão representar 68%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 18% para 20%.

A participação das usinas termelétricas (UTES) à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) também deve estabilizar e permanecer em 3% em 2016.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2016, deve aumentar de 1% para 2%

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2012, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7% e 3%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2016, duas apresentam restrições para a contratação de 1,8 mil MW: Salto Curucaca (PR) e Teles Pires (MT/PA). Elas representam 13% da potência prevista para entrar em operação até 2016. No cenário conservador, 12,5 mil MW devem entrar no período.

A UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir do ano de 2012 (primeira máquina em outubro).

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 12 mil MW até 2015, apenas 5,8 mil MW (48%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A UHE de Santo Antônio (RO) apresentou, por ocasião dos testes, problema de super-aquecimento dos mancais da primeira unidade geradora. Providências foram tomadas e se a dificuldade for efetivamente superada, prevê-se a entrada em serviço de nove a doze unidades em 2012, vale dizer, de 640 MW a 850 MW.

Contudo, com o atraso da linha de transmissão, somente uma subestação provisória de 465 MVA hoje opera no local. Com a ajuda de um sistema *"back-to-back"*, o escoamento da energia da usina poderá logo passar de cerca de 400 MW a 800 MW. Mas só a operação da linha, que dificilmente entrará antes do início de 2013, poderá carrear toda a potência de Santo Antonio.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deverá ser de 614 MW de potência adicional até 2015. Já no cenário otimista, até 2015, devem entrar em operação 1,5 mil MW. As três usinas de PCHs integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não tem previsão para a contratação dos 32 MW previstos.

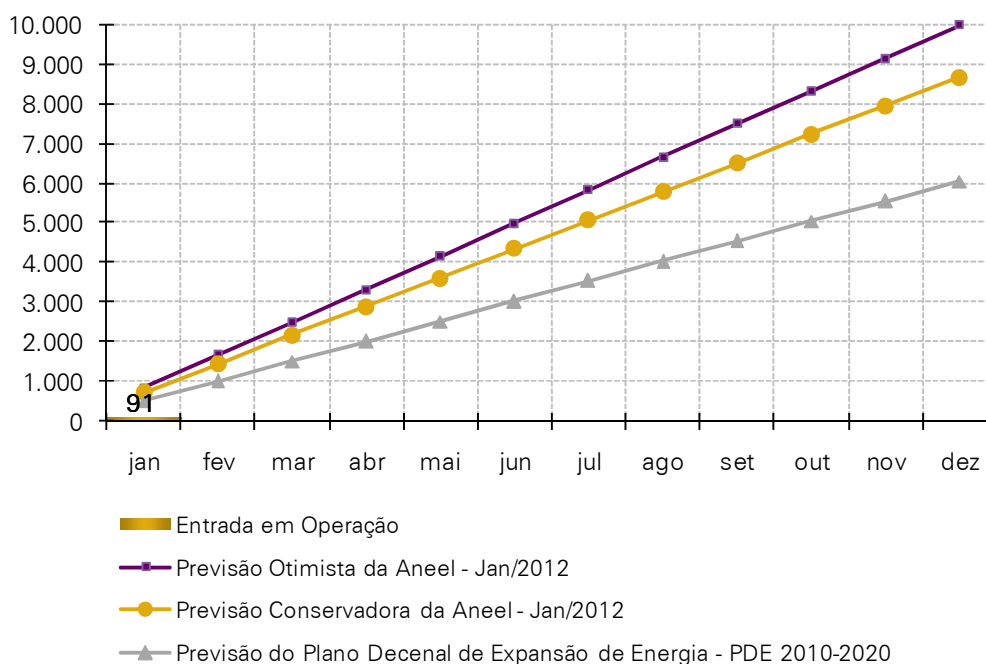
As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,4 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 2 mil MW até 2015. As seis usinas à biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas (EOL) devem acrescentar 1,2 MW até 2013, sendo 99 MW (8%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 3,9 mil MW até 2013. Destes, 99 MW (3%) são integrantes do PROINFA.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

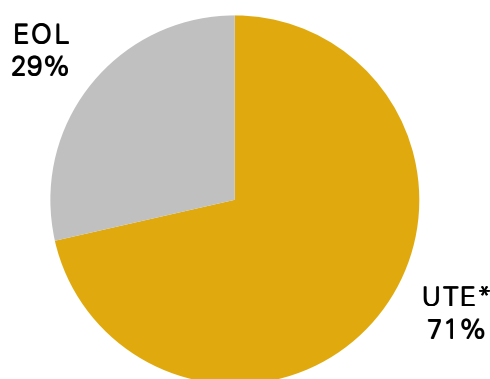
Expansão da Capacidade de Geração em 2012 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2012, até 15 de janeiro, entraram em operação 91 MW. Desse total, as UTEs representaram 71% da potência total instalada. Já as EOLs representaram 29% da potência instalada. As UHEs, PCHs e UTEs a biomassa não trouxeram incremento de capacidade no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de janeiro de 2012



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em dezembro de 2011, 36.408 GWh, apresentando crescimento de 1% em relação a dezembro de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 3%. Em 2011, até dezembro, o consumo pelo setor industrial foi 1% superior ao apresentado em 2010.

O crescimento moderado do consumo de energia elétrica pelo setor industrial, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ocorreu como efeito da crise mundial, que reduziu as exportações.

Internamente, a região que consumiu mais energia em 2011 foi o Centro-Oeste (17%), devido à entrada em operação de uma fábrica de ferroníquel em Goiás e de frigoríficos em Mato Grosso. O segundo maior consumidor foi o Norte do país (7%), devido ao funcionamento de uma planta de ferroníquel no Pará, que elevou o consumo industrial.

A região Nordeste foi a única do País a obter resultado negativo no consumo industrial de energia no em 2011 (-3%). A retração observada ocorreu por influência da desativação de uma planta de alumínio na Bahia, intensiva no uso de energia elétrica.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Dezembro 2010	Dezembro 2011	Var. %	Jan-Dez 2010	Jan-Dez 2011	Var. %
Residencial	9.288	9.513	2	107.192	112.087	5
Industrial	15.524	15.236	-2	182.719	183.737	1
Comercial	6.276	6.495	3	69.072	73.501	6
Outras	5.098	5.164	1	59.153	60.912	3
Total	36.186	36.408	1	418.136	430.237	3

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

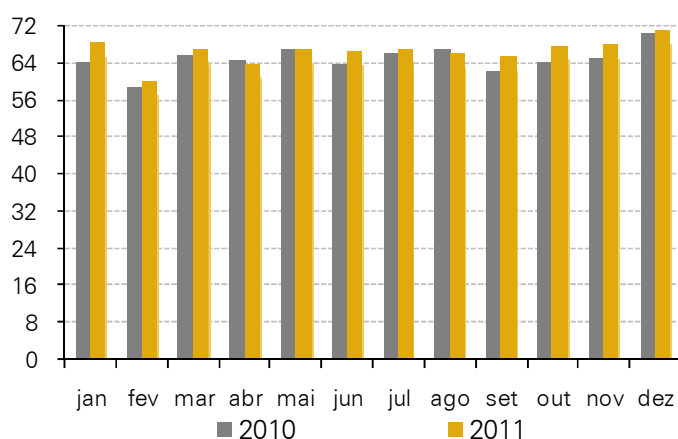
2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de dezembro de 2011 foi de 71 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 2% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo em 2011 foi de 3% em comparação a 2010.

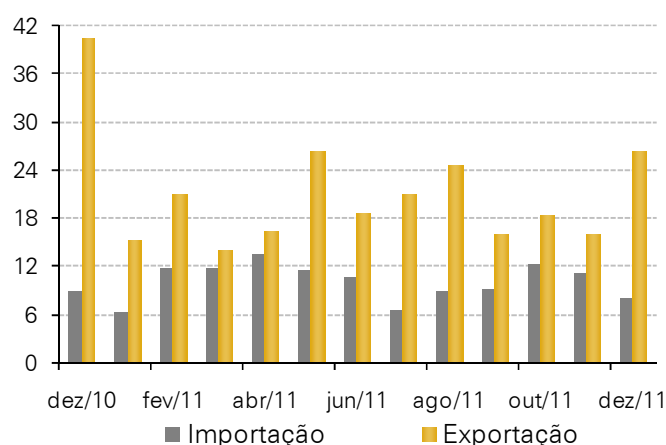
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em dezembro de 2011, foi de 59 milhões bep. Esse volume foi 3% inferior ao observado em dezembro de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 3%.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)

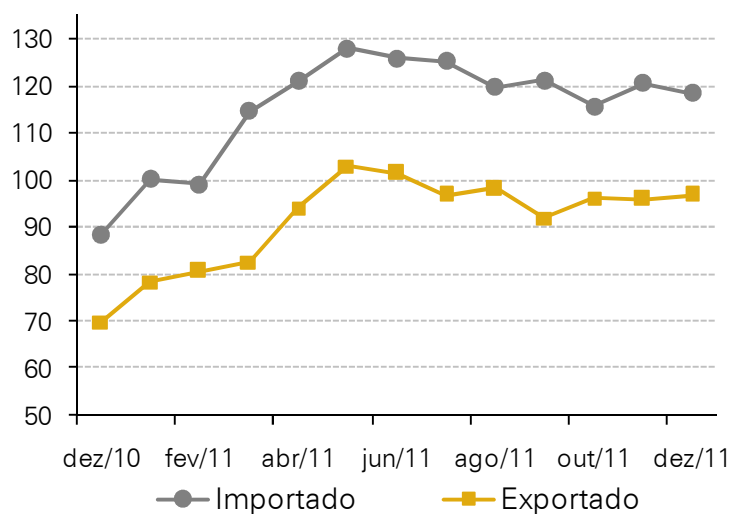


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em dezembro de 2011, foi de 26 milhões bep, valor 35% inferior ao exportado em dezembro de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 4% inferior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em dezembro de 2011, foi de US\$ 118,49/barril, valor 34% superior ao observado em dezembro de 2010.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

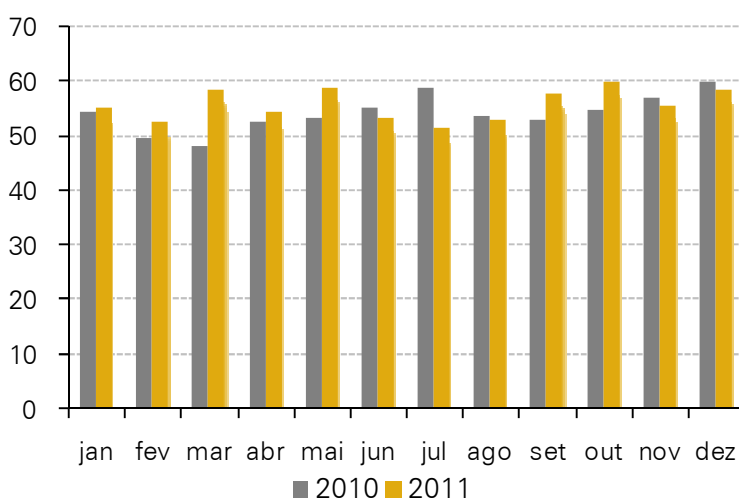


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

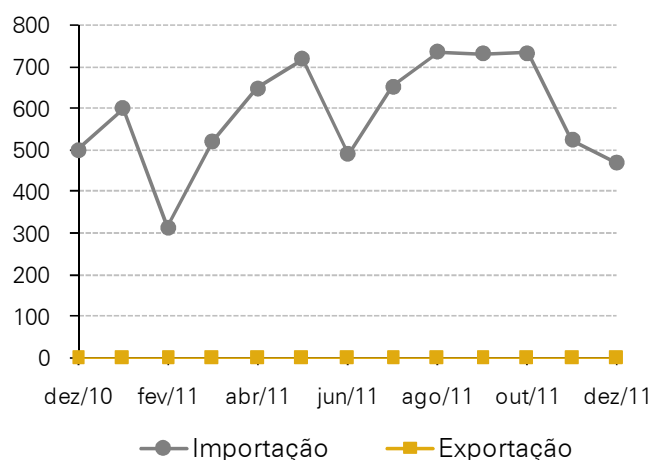
Em dezembro de 2011, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 58,4 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), valor 2% inferior ao produzido em dezembro de 2010. Até dezembro de 2011, a produção apresentou aumento de 3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões de bep)



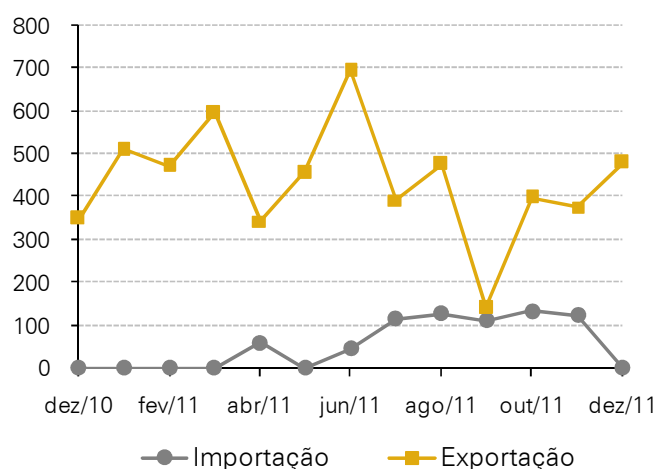
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

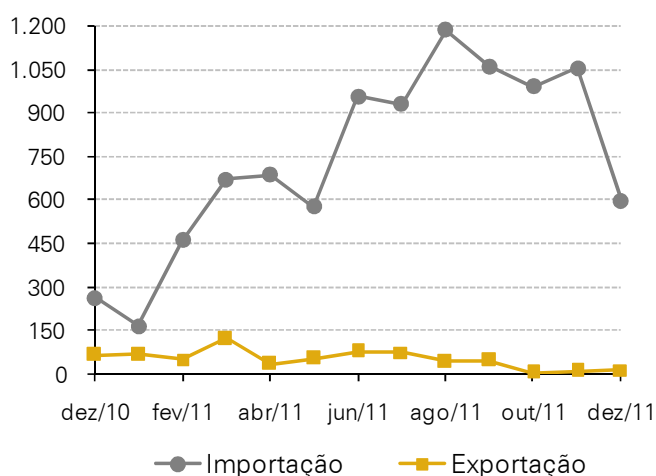


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em dezembro de 2011, foi de 14 milhões bep, valor 47% superior ao registrado em dezembro do ano anterior. Até dezembro, o volume de derivados importado foi 11% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

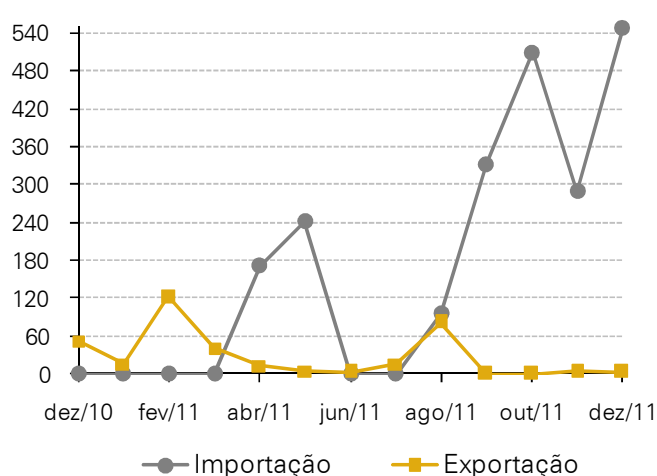
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em dezembro de 2011, foi constatado um total de 7 milhões bep, o que representa um volume 10% inferior ao mesmo mês de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 2% inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em dezembro de 2011, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 19% na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 3%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	dez/2010	jan-dez/2010	dez/2011	jan-dez/2011
Produção de Petróleo (a)	70	776	71	795
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-32	-120	-18	-112
Imp. Líq. de Derivados (c)	2	68	7	86
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	40	724	60	770
Dependência Externa (e)=(d-a)	-30	-52	-12	-26
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-75	-7	-19	-3

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em dezembro de 2011, apresentou saldo positivo de US\$ FOB 813 milhões. Ou seja, o Brasil exportou US\$ FOB 813 milhões a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ FOB 1.943 milhões.

No acumulado do ano a balança apresentou saldo negativo de US\$ FOB 2,3 bilhões.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	dez/10	jan-dez/2010	dez/11	jan-dez/2011
Petróleo				
Receita com exportação (a)	2.816	16.293	2.527	21.785
Dispêndio com importação (b)	776	10.097	932	14.135
Balança Comercial (c)=(a-b)	2.040	6.197	1.595	7.650
Derivados				
Receita com exportação (d)	695	7.055	744	9.480
Dispêndio com importação (e)	792	12.980	1.527	19.403
Balança Comercial (f)=(d-e)	-97	-5.925	-782	-9.923
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	3.511	23.349	3.271	31.265
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.568	23.077	2.459	33.538
Balança Total (i)=(g)-(h)	1.943	272	813	-2.273

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

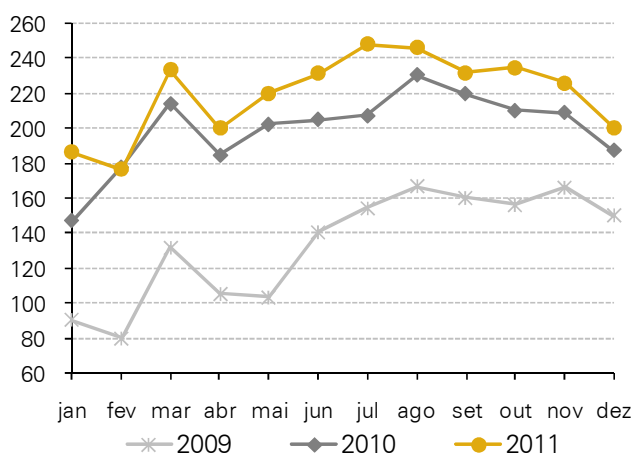
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em dezembro de 2011, foi de 201 mil m³, montante 7% superior ao produzido em dezembro de 2010. No acumulado do ano, a produção foi 10% superior.

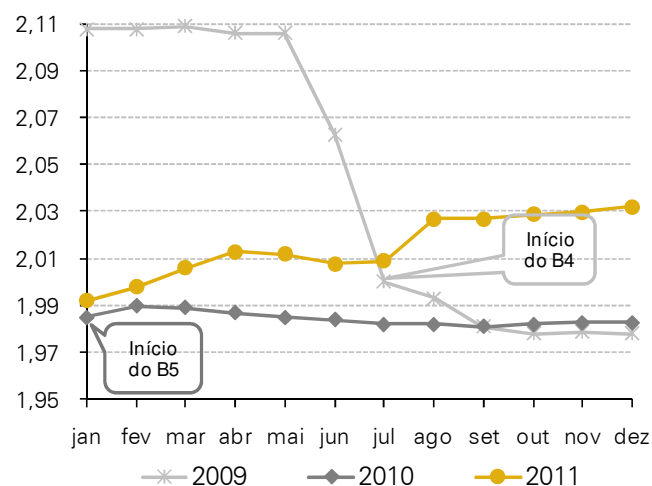
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em dezembro de 2011, foi de R\$ 2,03/ℓ, valor 2,5% superior observado em dezembro de 2010.

**Produção de Biodiesel
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)***



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2011/2012 produziu, até o dia 1º de janeiro de 2012, 22.437 mil m³ de álcool, sendo 13.908 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (62%). Em relação ao mesmo período da safra 2010/2011, houve uma diminuição de 27%.

A produção total de álcool foi 16% inferior em relação à safra anterior, puxada pela diminuição da produção do álcool hidratado.

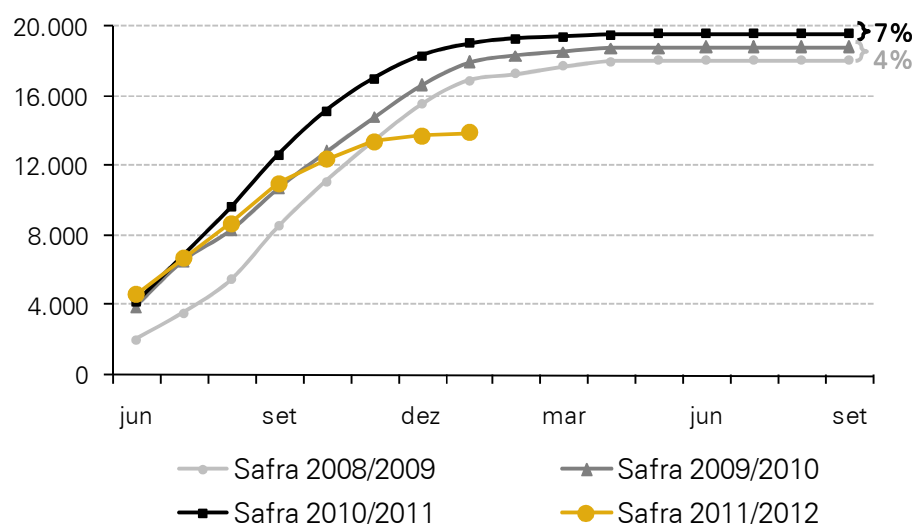
A produção de açúcar também apresentou queda. Até 1º de janeiro de 2012, produziu-se 35.317 mil ton de açúcar, volume 2% inferior ao observado no mesmo período da safra 2010/2011.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2010/2011 (até 1º de janeiro de 2011)	Safra 2011/2012 (até 1º de janeiro de 2012)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m³)	7.701	8.529	11
Álcool Hidratado (mil m³)	19.050	13.908	-27
Total Álcool (mil m³)	26.751	22.437	-16
Açúcar (mil ton)	36.216	35.317	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

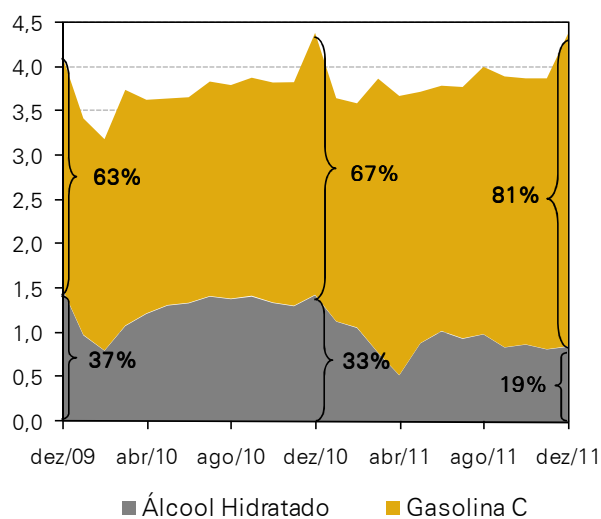
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 849 mil m³ em dezembro de 2011. Esse número representa uma diminuição de 41% em relação a dezembro de 2010. No acumulado do ano, as vendas foram 29% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Em dezembro de 2011, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,05/l, valor 14% superior ao registrado em dezembro de 2010.

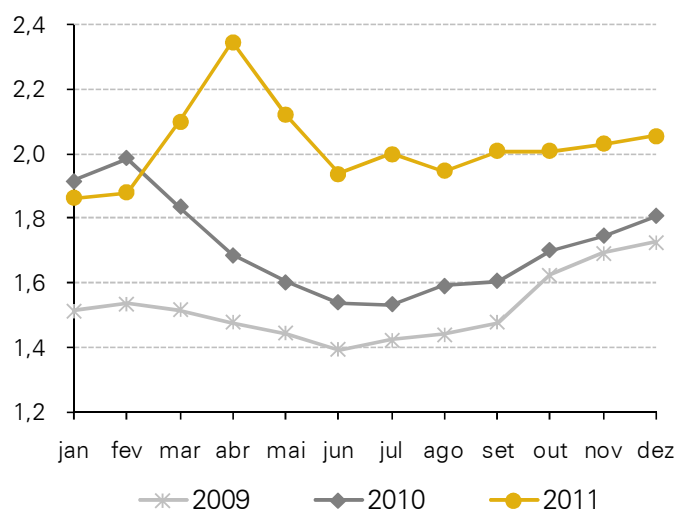
De acordo com a ANP, o recuo nas vendas do álcool se deu pela quebra de safra em 2011 e pela crise internacional de 2008 que ainda provocou reflexos e diminuiu o ritmo da indústria nacional. Segundo a agência, a expectativa é que o cenário se reverta ainda em 2012. Tal conjuntura também afetou o nível de preço do etanol em 2011, que ficou muito acima do patamar registrado nos últimos anos.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



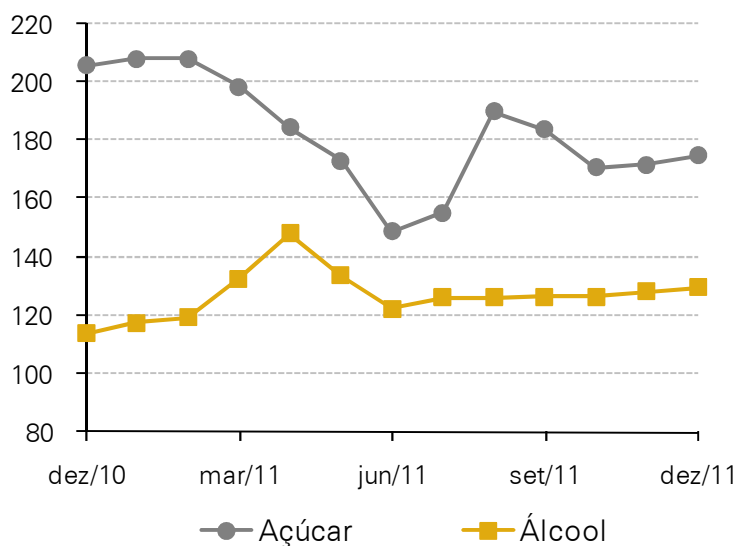
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em dezembro de 2011, foi de 71.360 mil m³, representando um aumento de 3% comparado à média verificada em dezembro de 2010. No acumulado do ano, esse valor foi 5% superior ao apresentado no mesmo período de 2010.

A importação de gás natural realizada pelo País em dezembro de 2011 foi de 25.330 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 70.582 mil m³/dia. Este montante é 7% inferior ao observado em dezembro de 2010. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 1% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 37% em dezembro de 2011. Em dezembro de 2010, essa proporção havia sido de 42%.

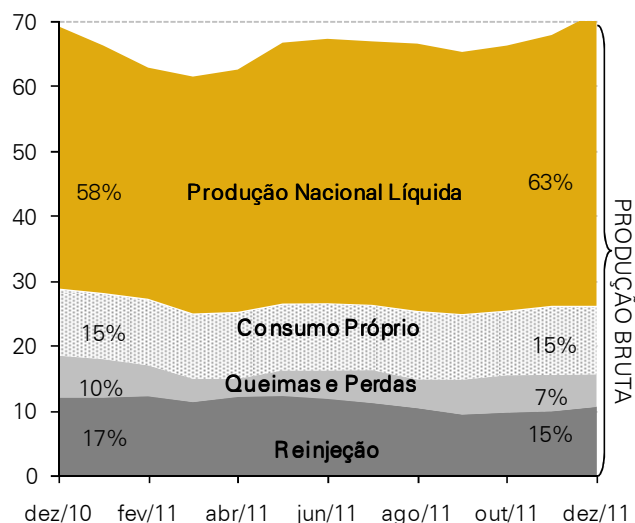
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em dez/2010	Média do período jan-dez/2010	Média em dez/2011	Média do período jan-dez/2011
Produção Nacional¹	69.210	62.834	71.360	65.928
- Reinjeção	12.014	11.964	10.578	11.069
- Queimas e Perdas	6.612	6.637	5.102	4.810
- Consumo Próprio	10.156	9.719	10.427	10.147
=Produção Nac. Líquida	40.428	34.514	45.253	39.902
+ Importação	35.195	34.612	25.330	28.752
=Oferta	75.624	69.126	70.582	68.654

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

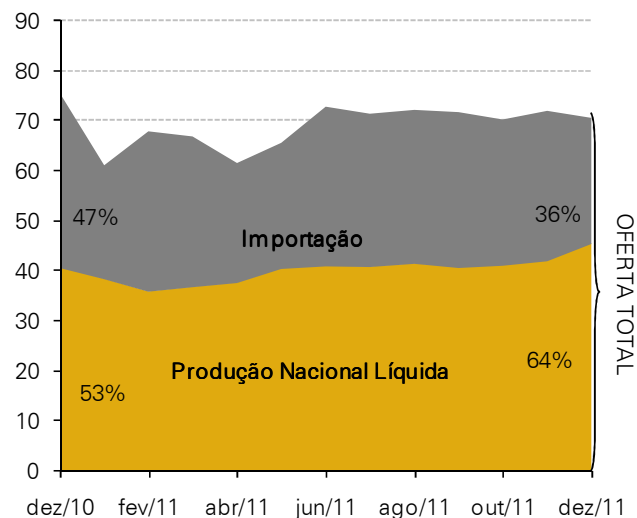
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em dezembro de 2011 foi, em média, de 49 milhões de m³/dia. Essa média é 7% inferior ao volume médio diário consumido em dezembro de 2010. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 4% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	dez/11	jan-dez/2011	dez-2011/ dez-2010	Acumulado do ano
Industrial	27.134	28.845	6	10
Automotivo	5.762	5.405	1	-2
Residencial	871	871	13	10
Comercial	760	683	16	9
Geração Elétrica	10.129	7.949	-32	-36
Co-geração*	2.988	2.994	-7	3
Outros	972	906	-11	-12
Total	48.616	47.652	-7	-4

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor industrial, em dezembro de 2011, consumiu 27 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa um aumento de 6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A indústria foi responsável por 56% do volume total de gás consumido em dezembro de 2011.

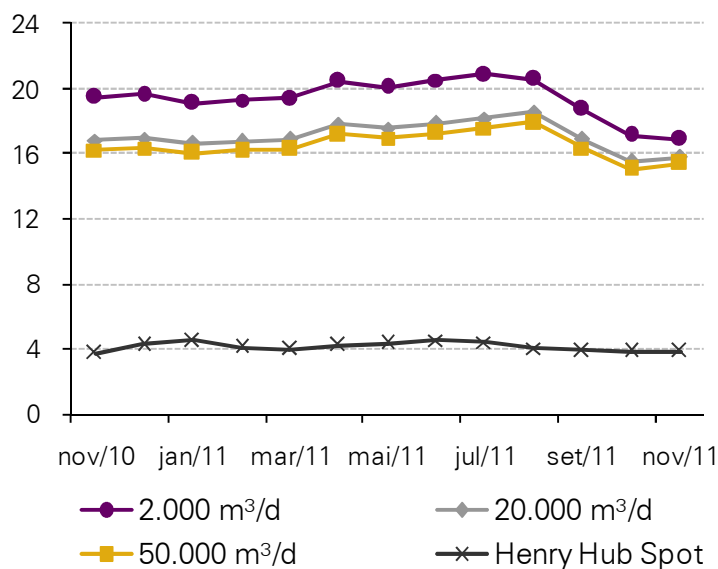
No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 10% superior em relação ao mesmo período de 2010.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em novembro de 2011, foi de US\$ 16,03/MMBtu, valor 8% inferior ao apresentado em novembro de 2010 (US\$ 17,51/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em novembro de 2011, o preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,84/MMBtu, valor 3% superior ao apresentado em novembro de 2010 (US\$ 3,71/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

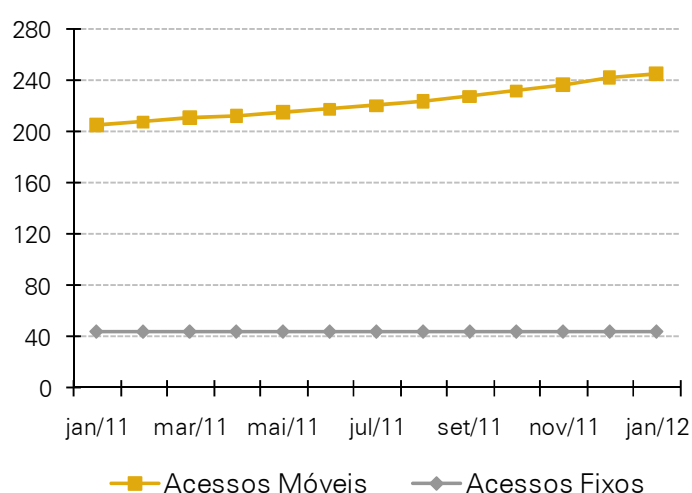
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em janeiro de 2012, o número de acessos móveis em operação foi de 245 milhões, montante 20% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,5% ao mês.

**Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em janeiro de 2012, o número de acessos fixos foi de 44,1 milhões, mesmo valor averiguado em janeiro de 2011.

6. Transportes

6.1. Portos Públicos e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em dezembro de 2011, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve aumento de 9%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 3% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em dezembro de 2011, foi 7% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Período	Varição %
	dez/2011	dez-2011 / dez-2010
Granel Sólido (a)	46.931	9%
Portos Públicos	14.039	11%
TUPs	32.892	9%
Granel Líquido (b)	18.693	3%
Portos Públicos	3.875	24%
TUPs	14.818	-1%
Carga Geral Solta (c)	3.725	-9%
Portos Públicos	1.156	-11%
TUPs	2.569	-8%
Total (a+b+c)	69.349	7%

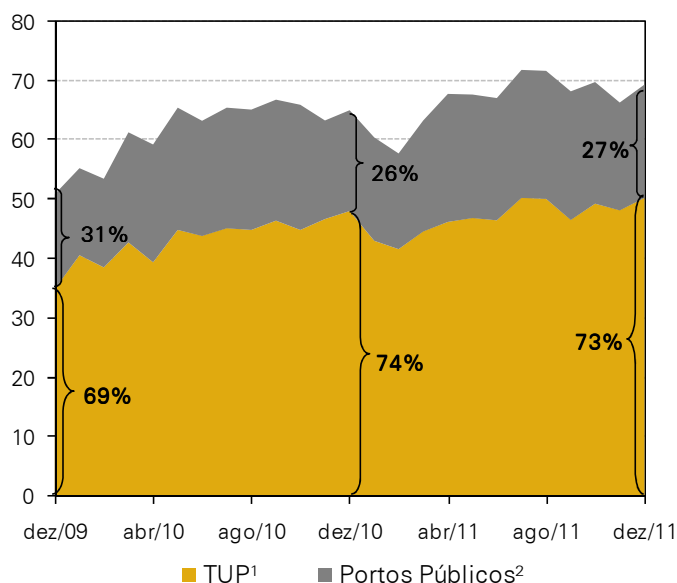
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), a movimentação total de carga em todos os portos públicos e TUPs atingiu, em 2011, 886 milhões de toneladas, valor 6,4% superior ao apresentado em 2010 (833 milhões de toneladas). No período de 2002 a 2011, o crescimento foi de 68%.

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

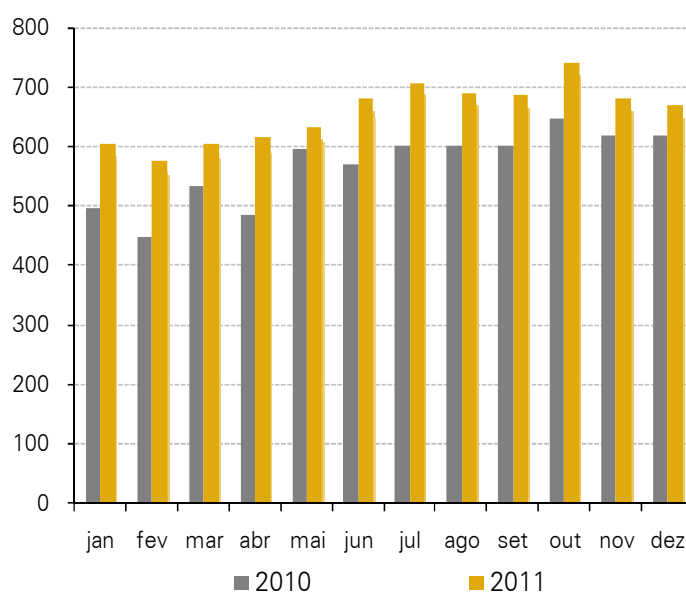


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (104 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Em dezembro de 2011, os TUPs representaram 73% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 50.280 mil toneladas, volume 5% superior a dezembro de 2010. Os portos públicos movimentaram 19.070 mil toneladas em dezembro de 2011, volume 12% superior ao mesmo mês do ano anterior.

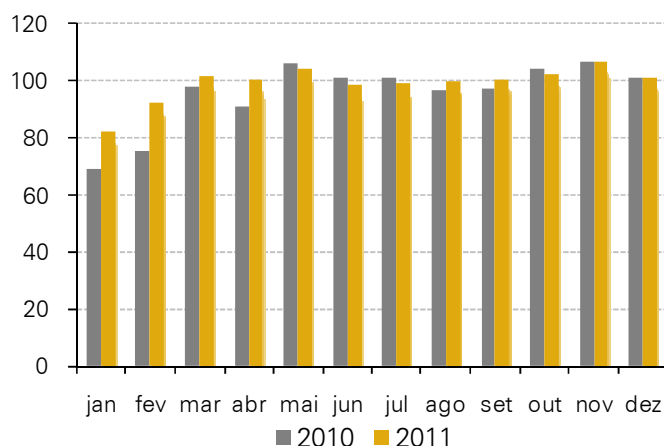
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em dezembro de 2011 foi de 668.412 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 8% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o volume movimentado de contêineres alcançou 7,9 milhões de TEUs, volume 16% superior ao apresentado no mesmo período de 2010.

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

A partir de dezembro de 2011, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) passou a divulgar somente os dados das cargas movimentadas nos Terminais de Logística de Carga (rede Teca). Os dados anteriormente apresentados neste relatório foram atualizados retroativamente de acordo com a nova metodologia adotada pela empresa.

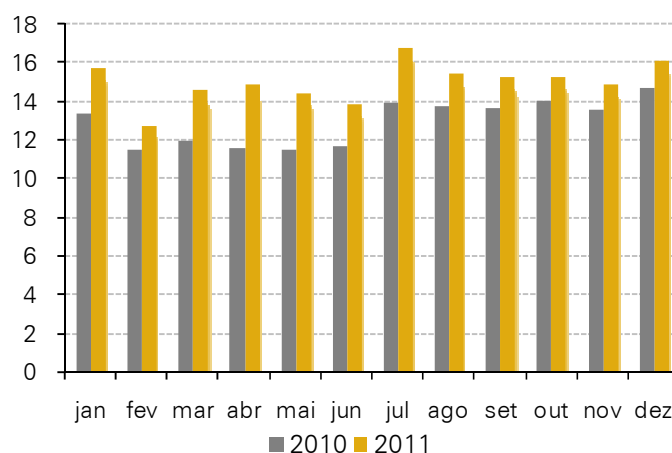
Em 2011, no período de janeiro a dezembro, a movimentação de passageiros nos aeroportos da Infraero foi 16% superior à ocorrida no mesmo período de 2010. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)

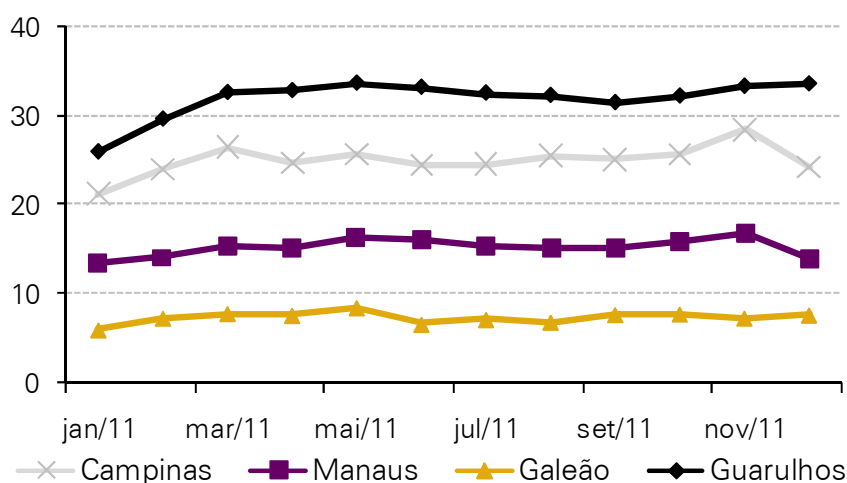


Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Em dezembro de 2011, a movimentação de carga aérea total no País foi de 101 mil toneladas, número equivalente ao mesmo mês do ano anterior.

No mesmo mês, 16,1 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 9% superior ao observado em dezembro de 2010. No acumulado do ano, a movimentação total de passageiros nos aeroportos gerenciados pela Infraero foi de 179.901, número 16% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

¹ Dados referente a carga movimentada na Rede de Terminais de Logística de Carga (TECA).

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Dez (mil)	Variação (%)	Dezembro (mil)	Variação (%)
2003	71.216	-	6.427	-
2004	82.706	16	7.748	21
2005	96.079	16	8.832	14
2006	102.185	6	8.904	1
2007	110.570	8	10.120	14
2008	113.264	2	9.910	-2
2009	128.136	13	12.530	26
2010	155.364	21	14.685	17
2011	179.901	16	16.078	9

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em janeiro de 2012, foi de 32 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 8% inferior ao mesmo período de 2011. Nesse período, a carga geral não containerizada e soja e farelo de soja foram os setores que apresentaram maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias, 149% e 118% cada. O minério de ferro correspondeu a 78% do total movimentado (24.777 milhões de TUs) em 2012.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan

Ano	2011	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan (mil TU)	Jan (mil TU)	mês-11/ mês-10
Minério de Ferro	26.907	24.777	-8
Indústria Siderúrgica	1.353	1.276	-6
Soja e Farelo de Soja	484	1.057	118
Carvão/Coque	1.054	839	-20
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Alcool	714	771	8
Produção Agrícola (exceto soja)	1.521	713	-53
Grãos Minerais	686	645	-6
Adubos e Fertilizantes	454	518	14
Indústria Cimenteira e Construção Civil	435	364	-16
Extração Vegetal e Celulose	374	358	-4
Cimento	260	194	-25
Container	200	176	-12
Carga Geral - Não Containerizada	8	19	149
Total	34.450	31.707	-8

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em janeiro de 2012, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 43 milhões de toneladas, montante 8% inferior ao averiguado em janeiro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 95%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t	Variação %
	jan/2012	jan-2012 / jan-2011
Marítimo	40.906	-8
Fluvial	399	-60
Aéreo	116	27
Ferroviário	52	25
Rodoviário	925	13
Outros*	718	7
Total	43.117	-8

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento dessa edição o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não havia atualizado os dados referentes ao desembolso na área de infraestrutura para janeiro de 2012. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em dezembro de 2011, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 6,95 bilhões, valor 32% superior ao valor aportado em dezembro do ano anterior. Em 2011, o desembolso do BNDES totalizou R\$ 56 bilhões, montante 27% inferior ao observado em 2010.

Desembolso mensal BNDES

Setor	dez/10 R\$ milhão	jan-dez/2010 R\$ milhão	dez/11 R\$ milhão	Participação %	jan-dez/2011 R\$ milhão	acum-11/acum-10 %
Refino e Álcool	290	28.712	606	9	4.466	-84
Energia Elétrica e Gás Natural	1.525	13.878	3.112	45	16.286	17
Saneamento	192	1.590	129	2	1.550	-3
Telecomunicações	106	2.104	359	5	3.108	48
Transporte	3.150	30.610	2.746	40	31.000	1
<i>Aéreo</i>	<i>104</i>	<i>571</i>	<i>10</i>	<i>-</i>	<i>395</i>	<i>-31</i>
<i>Aquaviário</i>	<i>365</i>	<i>1.565</i>	<i>366</i>	<i>-</i>	<i>1.981</i>	<i>27</i>
<i>Terrestre</i>	<i>2.682</i>	<i>28.474</i>	<i>2.370</i>	<i>-</i>	<i>28.624</i>	<i>1</i>
Total Infraestrutura	5.263	76.895	6.952	100	56.410	-27

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2012 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 81,2 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 4% do orçamento total de 2012 ou 2% do PIB para 2011, de aproximadamente R\$ 4,143 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,7 bilhões, ou 22% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2011, foram empenhados, até o dia 29 de fevereiro, R\$ 2,5 bilhões (3% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 97 milhões. O pagamento realizado foi no valor de R\$ 79 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 3,6 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2011, R\$ 398 milhões foram empenhados (2% do orçamento) até o dia 29 de fevereiro. Não houve pagamento ou liquidação no período. Os restos a pagar pagos somam R\$ 805 milhões.

Cerca de 78% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,7 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 379 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2012, cerca de R\$ 176 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 5,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 51,2 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 8% foram pagos até 29 de fevereiro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 6% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2012, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 41,7 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 40% no Ministério das Cidades (R\$ 16,8 bilhões) e 37% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,5 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 2% do orçamento autorizado, até 29 de fevereiro. O pagamento e a liquidação realizada foram de R\$ 18 milhões e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 4,1 bilhões. Restam R\$ 34,9 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2012
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 29/02/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	875	4	0	0	0	0	0	96	96	729
MAPA	1.825	0	0	0	0	0	0	31	31	914
MCT	1.729	102	6	13	1	2	0	77	79	991
MDIC	0	0	-	0	-	0	-	8	8	74
MME	112	6	5	1	1	1	1	8	9	32
M. Transportes	17.682	398	2	0	0	0	0	805	805	9.768
M. Comunicações	80	0	0	0	0	0	0	2	2	61
MMA	202	1	1	0	0	0	0	12	12	35
MDA	1.101	0	0	0	0	0	0	24	24	878
M. Defesa	9.386	849	9	48	1	44	0	379	423	3.119
M. Int. Nacional	6.472	104	2	15	0	15	0	214	229	5.410
M. das Cidades	8.923	45	1	0	0	0	0	291	291	10.472
Outros**	32.828	955	3	20	0	17	0	1.577	1.595	20.417
Total	81.217	2.464	3	97	0	79	0	3.524	3.603	52.898

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2012
Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período – atualizados até 29/02/2012*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.715	0	0	0	0	0	0	62	62	1.586
Hidroviário	379	0	0	0	0	0	0	1	1	239
Portuário	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rodoviário	13.714	392	3	0	0	0	0	726	726	7.588
Outros	798	6	1	0	0	0	0	16	16	355
Total	17.682	398	2	0	0	0	0	805	805	9.768

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2012

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período – atualizados até 29/02/2012*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	176	(0)	68	109
União	5.858	(252)	481	5.125

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período – atualizados até 29/02/2012*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.422	(25)	738	9.659
União	51.278	(461)	3.043	47.774

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2012
PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 29/02/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	951	5	0	0	0	0	0	20	20	525
M. Planejamento	2	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	0	0	1
MCT	0	0	-	0	-	0	-	12	12	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	630
MEC	2.848	0	0	0	0	0	0	153	153	866
MME	179	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	424	8	2	1	0	1	0	14	15	186
M. Saúde	1.669	200	12	0	0	0	0	105	105	3.285
M. Transportes	15.495	412	3	0	0	0	0	812	812	9.501
M. Cultura	301	297	99	0	0	0	0	0	0	29
MDA	200	0	0	0	0	0	0	0	0	195
M. Defesa	0	0	-	0	-	0	-	28	28	262
M. Integr. Nacional	2.748	43	2	16	1	16	1	149	166	2.753
M. Cidades	16.822	50	0	1	0	1	0	2.820	2.820	16.703
Total	41.718	1.015	2	18	0	18	0	4.113	4.131	34.935

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 06 de março de 2012.